

1



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS
Conselho Municipal de Educação



2

3

4

5

ATA DA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BIÊNIO 2022/2023

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

Aos nove (09) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se a 9ª (nona) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Pleno (CP), de forma presencial, no auditório da Universidade Estácio de Sá, térreo, na Rua Nilza Chiapeta, nº 488, Várzea, Teresópolis – RJ. **I- ABERTURA** - Primeiro item – **1.** Palavra da Conselheira Presidente Amanda Carvalho Oliveira Rebelo de Albuquerque, que tendo observado o quórum mínimo para o início da reunião, às 14h27min (quatorze horas e vinte e sete minutos), abriu a sessão dando boas-vindas aos conselheiros presentes e aos componentes da tribuna livre e declarou assim, iniciada a nona RO/CP/CME, com os seguintes conselheiros representantes: **do Poder Executivo Municipal** – Mônica Martins Pestana; **dos Representantes dos Profissionais da Educação** – Amanda Carvalho Oliveira Rebelo de Albuquerque, Denise Ritter da Rocha e seu suplente Carlos Renato de Castro Souza, Flávio Lopes de Oliveira e Laura Cristina Granja da Motta; **dos Representantes da Comunidade Organizada** -Raffaella Loureiro Cassara de Castellammare e sua suplente Nicolli Esteves Rito e Thiago Ferreira Duque; A reunião também contou com a presença da **Tribuna Livre:** Marlene de Oliveira (conselheira do CAE), Denize de Siqueira Cardozo (conselheira do CAE), Yasmim Cristina C. Holanda Reis (estudante de Pedagogia da Estácio de Sá), Roberta Rollemberg (docente da Estácio de Sá), Laura Rollemberg (assistente da Estácio de Sá), Milena da Costa (estudante de Pedagogia) e Michelen Rosa (conselheira do CAE). A conselheira e presidente solicitou avançar para o terceiro item da pauta, deixando o segundo, que tratava das aprovações das atas das reuniões anteriores para o fim. E não havendo objeções, passou-se para o terceiro item – **3. Homenagem aos parceiros do CME em 2022.** A conselheira e presidente fez algumas breves considerações, ressaltando a relevância para os trabalhos do colegiado com as parcerias estabelecidas no ano passado e que ela, em nome de todos, gostaria que essas parcerias continuassem no presente ano. Os homenageados foram chamados ao púlpito, onde receberam simbólico certificado que agradecia e reconhecia a contribuição ofertada ao CME em 2022, a saber: Bruno Soares Miranda- comissário da Vara da Infância, Érika Marra – vereadora e ex presidente da Câmara de Educação e Cultura, o senhor Lennon Duarte Mota Gestor do Campus Estácio de Sá – Teresópolis, representado pela senhora Roberta Rollemberg, senhora Satiele de Sequeira Santos, secretária municipal de educação, representada pela conselheira e chefe da Contabilidade da SME, Mônica Martins Pestana, senhor Ricardo Souto Tonassi, conselheiro e presidente do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (CEE-RJ). Os homenageados presentes agradeceram a demonstração de reconhecimento e se colocaram à disposição para continuarem com as parcerias. O vereador e presidente da Câmara de Vereadores, o senhor Leonardo Vasconcelos e os membros do TCE-RJ: Mateus Aldin Martins, Nei Ferreira da Silva, Ana Maria Furrubino e Hermano Duarte Ribeiro, bem como o Promotor de justiça, Dr. Rafael Luiz Lemos de Souza e o Dr. Édio de Paula Ribeiro Junior, presidente da OAB-RJ Teresópolis, solicitaram escusas e justificaram a ausência por motivo de compromissos profissionais. O vereador e presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação final, o senhor Maurício Lopes dos Santos comunicou que compareceria após o término de um outro compromisso em que ele se encontrava. Feitas as homenagens, e os agradecimentos com breve fala de cada um, expressando satisfação pelo momento, a conselheira e presidente solicitou passar para o tópico **III- ORDEM DO DIA**, primeiro

46 item, **1. Proposições da Presidente**, iniciando pelo segundo subitem, devido ao fato da vereadora
47 Érika Marra precisar se retirar por motivo de outro compromisso e pelas proposições serem para
48 solicitar projetos de lei à Câmara de Vereadores. Não houve objeções, e assim foram passados os
49 subitens: segundo, terceiro e quarto, a saber, **“1.2 Solicitar Projeto de Lei para emenda na lei do
50 POT (Programa Operação Trabalho”**. **“1.3 Solicitar Projeto de Lei para criação de Lei para
51 regularização de atividades recreativas”**. **“1.4 Solicitar Projeto de lei sobre prioridade de
52 atendimento no CAPSI para crianças, filhos de vítimas de violência doméstica”**. Não houve
53 objeções e A vereadora Érika Marra acrescentou que todas eram solicitações de muita relevância e
54 que com certeza o colegiado poderia contar com ela para que fossem levadas para a apreciação dos
55 vereadores. A conselheira e presidente retomou ao primeiro subitem, **“1.1 Reiterar ofícios que
56 estão com respostas pendentes ou inconsistentes, para andamento dos processos.”** Não houve
57 objeções, aprovado por unanimidade. Sobre isto, a conselheira e presidente acrescentou que em
58 reunião no início do ano, reuniu-se, a pedido, com a Secretária de Educação, com o intuito de
59 ajustar a organização interna da sala dos conselhos, a referida secretária colocou que o colegiado
60 estava com uma demanda grande de questionamentos, refletida nos numerosos ofícios emitidos e
61 que para amenizar essa situação, ela gostaria de propor pequenas reuniões periódicas e que um
62 assessor jurídico da SME estaria também acompanhando os assuntos do CME e respondendo as
63 questões levantadas para amenizar a falta de respostas e o volume de ofícios. Em seguida, passou-se
64 para o quinto e último subitem, **“1.5 Oficiar a nova Secretária de Desenvolvimento Social,
65 solicitando agenda para tratar sobre a apresentação das equipes do CRAS” nas escolas.”**
66 Aprovado por unanimidade. A respeito, o conselheiro Thiago Duque colocou-se à disposição para
67 ser o canal de comunicação entre CME e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e
68 acrescentou que em reunião interna, a qual ele participou enquanto conselheiro tutelar, a nova
69 secretária mostrou-se solícita e que estava ainda se apropriando das demandas e tão logo fosse
70 possível, estaria disponibilizando agenda para as demandas. A conselheira Laura da Motta,
71 lembrando a não finalização do Processo CME que está tratando sobre a E.M. Heleno de Barros
72 Nunes, perguntou como estava a referida situação e a conselheira e presidente disse que o
73 Ministério Público, na figura de assessor do promotor, fez alguns questionamentos que serão
74 encaminhados juntamente à nova lei das escolas de tempo integral, a qual a E.M. Heleno de Barros
75 Nunes permaneceu contemplada. O conselheiro Thiago Duque perguntou se a SME posicionou-se a
76 respeito do assunto, ao que foi respondido que não. Em seguida lembrou-se sobre a realização de
77 um plano de ação para organização das diligências e estudos. E aproveitando a ocasião, a
78 conselheira e presidente informou sobre a diligência ocorrida no dia oito de fevereiro do corrente
79 ano, ao Colégio São Paulo, para averiguação da questão da aplicação da recuperação paralela e que
80 daria maiores esclarecimentos na próxima reunião. A conselheira Laura da Motta sugeriu colocar no
81 grupo de “WhatsApp” sobre tais diligências para que todos pudessem se colocar a disposição de
82 acompanhar quando não houvesse conflito de agenda. A conselheira e presidente, explicou que
83 neste caso, o CME recebeu notificação do Ministério Público ao fim de janeiro, para que
84 respondesse, no prazo de trinta dias, se o Colégio São Paulo estava cumprindo com a recuperação
85 paralela e por isso a decisão de convocar o mais rápido possível para realizar a visita. E acrescentou
86 que a equipe interna organizará uma agenda com as possibilidades de cada conselheiro. No
87 momento seguinte, retornou-se para o segundo tópico da pauta, **II- INFORMES**, item único, **“1.
88 Apresentação do Relatório de Atividades do CME do ano de 2022”**. Antes de apresentar o
89 Relatório na íntegra, a conselheira e presidente informou sobre a nova composição da equipe
90 interna da sala dos conselhos que está constituída por: Lilliane Marie da Costa, secretária Geral do
91 CME e CACS-Fundeb, Roberta Amaral, assessora técnica do CACS – Fundeb, mas com
92 possibilidade de atendimento aos outros conselhos e Monaliza Hiath Cortáio de Lima, assessora
93 técnica do CME. A conselheira e presidente teceu breve comentário a respeito do contato que tive
94 com a senhora Yara Medeiros, Controladora Interna da Prefeitura de Teresópolis e a mesma
95 mostrou-se aberta para a otimização dos trabalhos do CACS-Fundeb e fez algumas orientações

96 quanto as verbas recebidas. A conselheira e presidente salientou que o intuito é de que todos os
97 conselheiros tenham condições para analisar e solicitou que em relação aos processos de requisição
98 de imóveis para educação, os conselheiros observem a estrutura mínima para o atendimento. No
99 momento seguinte passou-se para a apresentação do Relatório Anual. A conselheira e presidente
100 informou que este documento será publicado em D.O. para ampla divulgação para a sociedade
101 teresopolitana. Foram apresentados então: a estrutura e composição do CME com o histórico das
102 saídas e entradas dos conselheiros, a composição das Câmaras e a organização das reuniões. Em
103 seguida foram apresentados os quadros demonstrativos de todas as reuniões ordinárias,
104 extraordinárias e de Câmara, as quais a conselheira e presidente ressaltou, com orgulho, que
105 nenhuma reunião deixou de ser realizada por falta de quórum e que isso mostrava o
106 comprometimento de cada um e o respeito com a função de conselheiro do CME. Posteriormente,
107 foram lidas todas as atividades realizadas em oito meses de efetivo trabalho, entre elas, todas as
108 reuniões promovidas pelo CME e as que o CME participou, diligências, atendimento ao público,
109 abertura e encaminhamento de processos, análises documentais, orientações à SME, sugestões de
110 leis para a Câmara Municipal de Vereadores. Foram apresentados também os quadros
111 demonstrativos dos ofícios enviados e respondidos, os quais a conselheira e presidente salientou que
112 o a grande quantidade refletia a comunicação falha entre SME e CME e lamentou que o último
113 envio fosse a Nota de Repúdio, sugerida pelo conselheiro Thiago Duque e aprovada por
114 unanimidade sobre a perda da parceria com o Serviço de Processamento de Dados do Governo
115 Federal (SERPRO), que era uma proposta de trazer a tecnologia a favor da educação com novos
116 estudos na área. Teresópolis seria o município pioneiro desta ação. Para finalizar foram passados os
117 quadros demonstrativos dos processos abertos no ano de 2022, quadro de processos pendentes e
118 quadros de todas as produções legislativas. Antes de prosseguir para o último item do tópico da
119 “Ordem do Dia”, a conselheira e presidente prestou as devidas homenagens ao senhor vereador e
120 presidente da Comissão de Legislação e Normas da Câmara de Vereadores, Maurício Lopes,
121 salientando a conquista da emenda na Lei Orçamentária, garantindo assim, de fato, a autonomia do
122 CME, a permanência da Escola Municipal Heleno de Barros Nunes no rol das escolas de tempo
123 integral, entre outras ações realizadas em conjunto. Aproveitou a ocasião para informar os projetos
124 de leis propostos pelo CME, onde o referido vereador agradeceu, colocando que via tudo o que fora
125 citado como algo de extrema relevância para o município e que mantém a parceria para todas as
126 ações que o CME julgar relevante ao município, ainda considerou a importância da palestra que
127 seria ministrada pelo senhor Ricardo Tonassi para fortalecimento dos órgãos colegiados e o
128 executivo. No momento seguinte a conselheira e presidente agradeceu mais uma vez a presença do
129 palestrante, o senhor Ricardo Tonassi, lembrando que a participação do CME no CONAE-2022
130 (Conferência Nacional de Educação) e em reunião sobre Conselhos no gabinete de transição do
131 governo federal em Brasília, em dezembro de 2022, aconteceu pela cordialidade do palestrante. Em
132 seguida, passou a palavra para o referido palestrante, contemplando assim o segundo item, “**2.**
133 **Palestra – A importância dos Conselhos como órgãos de controle na fiscalização e aplicações**
134 **das legislações educacionais.**” O senhor Ricardo Tonassi iniciou sua fala agradecendo a
135 oportunidade e colocando que teve a oportunidade de conhecer a conselheira e presidente Amanda
136 de Albuquerque na Conferência sediada pela UNCME onde a partir de conversas percebeu-se a
137 proximidade da percepção sobre o que é educação e o que queremos de educação para o país.
138 Aproveitou para destacar que ministrou uma palestra no município de Caxias, o qual ele falou da
139 capacidade transformativa da educação. Em seguida apresentou-se para o público presente,
140 informando que atua como professor de direito na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
141 (UFRRJ), preside o CEE-RJ, sendo o seu segundo mandato e preside também o FONCED (Fórum
142 Nacional dos Conselhos Estaduais e Distritais de Educação) e que por conta disso tem um acesso no
143 Fórum Nacional de Educação e também integra o conselho da FAPERJ (Fundação de Amparo à
144 Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro e CECIERJ (Centro de Ciência e Educação do Estado do Rio
145 de Janeiro) e salientou que acredita que estar em todas essas instituições define a sua ideia de que

146 não existe vácuo no poder, que se uma pessoa não ocupa, alguém ocupará e acrescentou que se essa
147 pessoa tiver interesse no assunto, se aprofundar e principalmente se for na área da educação (que
148 considera uma área carente), que ocupe esse lugar, pois ele considera que é difícil administrar não
149 sendo um gestor, se não for da área de educação. E ressaltou ainda que há uma política cultural
150 envolvida em cada estado, sendo de suma importância que esse gestor seja oriundo de sua própria
151 localidade. Para tentar melhor exemplificar a complexidade da educação, contou que participou da
152 disputa da cadeira no CNE, mas esta, está entre governador e senador sua colocação. O CEE-RJ,
153 órgão do estado, e que o primeiro presidente que não é escolhido pelo governador propicia a
154 possibilidade de “esvaziar” esse conselho, pois inicia a retirada das condições financeiras. Salientou
155 que durante o seu mandato, precisou se relacionar com quatro secretários diferentes de Educação e
156 que considera fazendo uma comparação; que a Secretaria de Estado de Educação é um
157 “transatlântico”, não tem como dar “Cavalo de pau” para freiar. Em seguida, citou o caso do
158 secretário de educação, Conte Bittencourt que quando ainda não estava como secretário, foi autor
159 do projeto de lei do Sistema Estadual de Educação que estabeleceu mandatos integralizados ao
160 CEE. No entanto, quando tornou-se secretário, este lhe disse que iria precisar mexer na composição
161 dos conselheiros integrantes do CEE-RJ. Naquele momento, precisou ter uma posição e garantir o
162 cumprimento da lei o que resultou na falta de apoio e trabalho conjunto entre o CEE-RJ e
163 SEEDUC-RJ (Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro). O que ele quis enfatizar sobre a
164 importância da integralização do mandato, pois o conselho é o local das “vozes”, é a casa dos
165 “diferentes”. Mas, o fato de ser órgão de estado, é uma grande vantagem, pois as homologações não
166 passam pelo governo. E salientou que o conselho também é órgão recursal e fiscalizador, não
167 fazendo sentido um membro do executivo ser o presidente. No momento seguinte, relatou que há
168 municípios extremamente “ricos”, mas que não sabem administrar, pois questões de investimentos e
169 custeios são empecilhos para gerir as verbas. Também falou sobre a relevância dos conselheiros
170 municipais estarem a frente dos trabalhos referentes à Educação Infantil na rede pública municipal e
171 nas escolas privadas e abriu um parêntese para relatar o ocorrido em uma reunião, a qual a
172 conselheira e presidente do CME, colocou que o município de Teresópolis possuía termo de
173 responsabilidade para supervisionar e autorizar instituições de ensino privadas no ensino
174 fundamental anos finais. O palestrante naquela ocasião e na de agora, riu do fato, tendo em vista ter
175 outro entendimento. Salientou sobre os três sistemas: municipal, estadual e nacional, mas a
176 problemática se encontra na esfera ministerial, onde não se respeita a autonomia de cada um dos
177 sistemas. Em contrapartida citou a exemplo, o caso do secretário de ensino técnico, cuja o esforço
178 em normatizar o ensino técnico das instituições privadas não constitui sua alçada, o que gera uma
179 “briga” entre Estado e União. Citou também o exemplo dos estados de Santa Catarina e São Paulo,
180 onde seus conselhos, através de portaria, autorizavam instituições de ensino superior privadas a
181 ofertarem ensino técnico, o que constitui interferência de autonomias entre as esferas. Ainda citou a
182 ocasião em que esteve no município de Caxias representando o CEE-RJ, onde havia a intenção de
183 funcionamento de curso técnico em enfermagem em uma fundação. A discussão com o secretário de
184 Caxias foi o que constava no texto da lei, onde se dizia, na parte final, que deveria haver
185 cooperação. Logo o presidente do CEE-RJ observou que então deixava de ser cooperação para ser
186 obrigação e ainda, nesta lei, dizia que competia aos estados a avaliação e supervisão, o que em seu
187 entendimento não caberia, tendo em vista que a autorização caberia a eles (conselho). Em seguida,
188 colocou que por diversas vezes se colocou a disposição das secretarias estaduais no âmbito do
189 Estado do Rio de Janeiro para requisitar ao CEE-RJ orientações, normativas e procedimentos.
190 Reafirmou em sua fala que há sistemas distintos e as vezes o MEC (Ministério da Educação)
191 interfere na gerência de assuntos que não lhe competem, assim como o Estado não tem gerência no
192 Município e isso advém da autonomia dos entes. No momento seguinte colocou sua opinião a
193 respeito do ensino médio técnico, considerando que não acha ruim esse tipo de ensino, mas
194 infelizmente o ensino superior é mais considerado que aquele. Falou também do desestímulo aos
195 cursos de licenciatura, onde muitos optam por fazê-lo por não terem obtido sucesso no curso que

196 almejavam. Assim o profissional já começa sua jornada em sala de aula sem estímulo. Ainda
197 mencionou sobre a “fábrica de papéis” onde formou-se um mercado clandestino de venda de
198 certificados. Em seguida contou a respeito do problema que enfrentou na sede do CEE-RJ, a qual
199 precisava passar por reformas, mas mediante outro acontecimento a qual um órgão não retornou
200 para a sua sede de origem, o presidente do CEE-RJ, posicionou-se veemente de que não sairia do
201 espaço, que a reforma aconteceria com o funcionamento do CEE-RJ no local, remanejando os
202 espaços para a referida reforma. Assim aconteceu e na atualidade o CEE-RJ acolheu a SEEDUC
203 devido as problemáticas de estrutura física desta secretaria. Também colocou sobre a importância de
204 se discutir o ensino prisional, salientando a diferença entre os apenados que estudam e os que não
205 estudam, e principalmente, que eles vão voltar a sociedade após suas penas cumpridas. Finalizou
206 sua fala, considerando que espera que em um futuro não muito distante, que os professores do
207 Brasil sejam cumprimentados, tal como os professores da China, com um gesto de reverência e
208 gratidão. No momento seguinte a conselheira e presidente agradeceu em nome dos presentes toda a
209 experiência transmitida e prosseguiu para o último tópico da pauta, “**IV- ASSUNTOS GERAIS**”. -
210 Sétima Reunião Extraordinária-16/02/2023 às 14 horas – Sala dos Conselhos; Décima Reunião
211 Ordinária-02/03/2023 às 14 horas – Sala dos Conselhos; Reuniões de Câmara: CEIEF – 09/03- Sala
212 dos Conselhos – 13h30min – caso haja material para reunião; CPLN- 09/03 - Sala dos Conselhos –
213 15 horas. E não havendo mais nenhuma colocação, a conselheira e presidente do CME agradeceu a
214 participação de todos e encerrou a Sessão às 17h06min (dezesete horas e seis minutos). E nada
215 mais tendo a acrescentar, eu Monaliza Hiath Cortázio de Lima, assessora técnica do Conselho
216 Municipal de Educação, lavrei a presente ata que vai por mim datada e assinada, juntamente com os
217 demais conselheiros presentes. Teresópolis, vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e dois.
218

219 _____
219 Conselheiros presentes:

220 Amanda Carvalho Oliveira Rebelo de Albuquerque _____

221 Carlos Renato de Castro e Souza _____

222 Denise Ritter da Rocha _____

223 Flávio Lopes de Oliveira _____

224 Laura Cristina Granja da Motta _____

225 Mônica Martins Pestana _____

226 Nicolli Esteves Rito _____

227 Raffaella Loureiro Cassara de Castellammare _____

228 Thiago Ferreira Duque _____